

**RAUL CARRION, MILITANTE DA AÇÃO POPULAR (AP) E DO PARTIDO
COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B):
DO RIO GRANDE DO SUL AO CHILE (1963-1973)**

Cristiane Medianeira Ávila Dias¹

Resumen

O artigo examina algumas operações realizadas pelo chefe do departamento exterior da Dirección Nacional de Inteligencia (DINA), Enrique Arancibia Clavel, na cidade de Buenos Aires, em especial a operação que envolveu agentes dos órgãos de repressão brasileiros em 1974. O chileno iniciou suas atividades no grupo de extrema direita Patria y Libertad, que tinha vinculações com empresários e ativistas brasileiros e, após o golpe civil-militar de 1973, ele tornou-se agente da polícia secreta chilena, sendo transferido para trabalhar na Argentina. Através de documentos e jornais localizados em arquivos nas cidades de Porto Alegre e Santiago foi possível verificar que os órgãos de segurança do Brasil e do Chile, baseando suas prerrogativas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e na necessidade de combater o “inimigo” em território nacional e no exterior, formaram com outros países um esquema repressivo responsável por monitorar e eliminar opositores políticos exilados na região, Europa e Estados Unidos, que caracterizou a aplicação do Terrorismo de Estado (TDE) no período em que vigoraram as Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul.

¹ DIAS, C.M.A. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0984970206768338>

**RAUL CARRION, MILITANTE DA AÇÃO POPULAR (AP) E DO PARTIDO
COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B):
DO RIO GRANDE DO SUL AO CHILE (1963-1973)**

O artigo objetiva averiguar a trajetória política de Raul Carrion na Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), de 1963 até 1971, ano no qual, em razão de suas atividades políticas, o militante foi preso e torturado pelos órgãos de segurança brasileiros e teve que partir para o exílio no Chile. Na época, o país era governado pelo presidente Salvador Allende, que tentava implantar a chamada “segunda via para o socialismo”, experiência que atraiu militantes de esquerda oriundos de toda a América Latina. Nesse período, Carrion organizou com o também militante exilado Amarilio Vasconcelos, a imprensa partidária com a finalidade de divulgar os documentos do partido em espanhol. Eles também começaram a estruturar um movimento que denunciava os crimes cometidos pela ditadura civil-militar brasileira.²

A utilização do testemunho de Raul Carrion como fonte deve considerar que as lembranças de uma pessoa estão vinculadas à posição que ela ocupa no presente e, por essa razão, não pode ser avaliada como conhecimento absoluto ou única detentora da verdade, mas como uma ferramenta metodológica que, utilizada junto com outras fontes, podem aproximar o conhecimento histórico da realidade. Assim, a memória insere-se no período definido como tempo presente, cuja problemática central está relacionada ao fato de que os atores sociais envolvidos no processo abordado e o próprio pesquisador estão imersos na mesma perspectiva histórica, devido à proximidade temporal entre o sujeito e o objeto, o que poderia comprometer, segundo determinadas avaliações historiográficas, a pesquisa.

No entanto, para historiadores como Hobsbawn (1998: 244), que se definia como um “historiador do seu tempo”, a pesquisa sobre o período em que vivemos não é inviável quando o pesquisador avalia com clareza e objetividade que suas experiências, mesmo inseridas no contexto da história contemporânea, continuam sendo dele, pois “todo o historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”. Desse modo, é desse “poleiro particular” que o historiador deve enxergar o objeto de sua investigação, utilizando para isso rigor metodológico, o referencial adequado e mantendo os mesmos cuidados e critérios que utilizaria em uma pesquisa que abordasse outros tempos históricos.

Além disso, a utilização de testemunhos tem importância fundamental para as temáticas que envolvem o tempo presente, porque através dessas contribuições o pesquisador consegue avaliar o lugar ocupado pela memória, que assim como a história, não é neutra, nas disputas entre grupos políticos antagônicos. Para Jacques Le Goff (1996: 368) “Tornaram-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

No caso das memórias de atores sociais que estiveram envolvidos com o período em que vigorou a ditadura civil-militar de segurança nacional no Brasil e em outros países da América Latina, a sua abordagem cresceu de importância nos últimos anos, na medida em que se percebeu, por parte de pessoas que estiveram ligadas direta ou indiretamente a esses regimes, uma tentativa de apagamento dessas lembranças (Padrós, 2009). Assim, ao mesmo tempo em que um grupo luta para que a memória do período seja esquecida, outro grupo, formado principalmente por vítimas e familiares de mortos e desaparecidos, luta para que isso não ocorra, como é o caso de Raul Carrion, que resolveu compartilhar o testemunho utilizado

²CARRION, Raul. Entrevista enviada à autora por e-mail no dia 14 de março de 2013.

na composição do artigo.

A MILITÂNCIA NA AÇÃO POPULAR (AP) E NO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B)

No Brasil, o início da década de 1960 foi marcado pela atuação expressiva de partidos e movimentos de esquerda, influenciados pela posse de João Goulart e a perspectiva de aplicação do seu projeto político, as Reformas de Base. Nessa fase, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda que ilegal, alcançou o seu apogeu, pois a sua ideologia, baseada em propostas de caráter nacional-reformista parecia encontrar uma base real de sustentação política: “o populismo de esquerda e o PCB tinham os seus pontos de contato”. Entretanto, nesse período também surgiram organizações que criticavam o caráter reformista e pacifista do PCB, como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), que defendia a luta armada e revolucionária como via para implantação do socialismo (Ridenti, 1993:26).

A Ação Popular (AP) originou-se do conflito entre os movimentos leigos e a hierarquia da Igreja Católica, que não aceitava a participação de seus adeptos em atividades políticas. Em razão disso, os militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Independente Católica (JIC), a partir de uma tomada de conscientização política, deixaram de lado as práticas assistencialistas para realizarem atividades junto às massas, cada vez mais integrados à vida da população. O método Ver-Julgar-Agir, que pregava o conhecimento da realidade e a formação na ação, foi se incorporando aos grupos leigos e passou a orientar suas atividades, “mais que ideias, conceitos e normas, foi-se definindo também um novo tipo de relação da Igreja com o mundo social” (Delgado, 2007: 102).

A AP adotou uma doutrina própria, o socialismo humanista³, que resultou de um esforço empreendido pelos militantes da AP no sentido de elaborar uma reflexão própria a respeito do marxismo, a partir de uma abordagem dialética, presente no materialismo histórico. A opção por essa doutrina fez com que seus militantes desempenhassem atividades políticas concretas, como participar da aplicação nas escolas, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), do método de ensino desenvolvido por Paulo Freire, a pedagogia do oprimido. O método alfabetizava o aluno utilizando palavras de seu próprio cotidiano com a finalidade de valorizar a cultura popular local e promover a conscientização crítica e política durante o aprendizado (Ridenti, 2002).

A organização também pretendia aproximar seus militantes, formado principalmente por estudantes, dos setores operário e camponês, mas a maior inserção ocorreu no movimento estudantil, a partir de uma aliança com PCB e a formação da Frente Única, que garantiu a vitória nas eleições para a presidência da União Nacional do Estudante (UNE) de 1961 a 1963. No Rio Grande do Sul, as atividades da AP iniciaram em março de 1962 e a Frente Única começou a dirigir as principais entidades do movimento estudantil secundarista e universitário, vencendo as eleições para a direção de quase todos os Centros Acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Federação dos Estudantes (FEURGS), a presidência da União Estadual dos Estudantes (UEE) e do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, formado no período por duzentos estudantes que eram divididos em várias

³Socialismo humanista: Um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de toda a força para trabalhar o desenvolvimento integral do homem; um movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo ao socialismo (Sales, 2007: 28).

secretarias, responsáveis por organizar, por exemplo, o Movimento Cultural Juliano (MCJ) (Dias,C.M.A, 2011).

Um ano após a fundação da AP no Rio Grande do Sul, em 1963, Raul Carrion resolveu se integrar ao grupo, através do movimento estudantil secundarista. Nesse ano, ele estava com 17 anos e cursava o terceiro ano do Ensino Médio no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, local onde começou a desempenhar atividades que o despertaram para uma maior conscientização política. Na organização, Carrion participou da luta pela implantação das Reformas de Base, projeto do governo João Goulart que pretendia realizar reformas em vários setores da sociedade brasileira.

O apoio ao projeto, no entanto, ocorria numa perspectiva crítica, pois parte da organização entendia que as propostas do governo tinham caráter reformista e não revolucionário, ou seja, elas não trariam as mudanças necessárias porque estavam atrasadas em relação à realidade brasileira. Assim, a AP dividiu-se numa ala que formou aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e apoiava as Reformas de Base, enquanto outra ala defendia a utilização da luta armada e para isso, uma maior inserção entre os operários e camponeses, para formar a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa, única capaz de conduzir uma revolução de caráter socialista no Brasil. (Dias,C.M.A, 2011)

As atividades dos militantes da AP foram interrompidas pela repressão que se instalou no país após o golpe civil-militar de 1964. No Rio Grande do Sul, a repressão agiu contra o movimento estudantil universitário ao instituir uma Comissão Especial de Investigação Sumária na UFRGS (CEIS/UFRGS), que indiciou professores e alunos da instituição, na maioria, militantes ou simpatizantes da AP. Em geral, o que se verificou no período foi o afastamento de vários militantes, que temiam serem presos pelos órgãos de segurança em razão de suas ações políticas e várias cisões internas, pois não havia uma clareza no caminho a ser adotado pela organização frente a este novo cenário nacional. No entanto, a AP continuou realizando atividades junto ao setor estudantil, operário e camponês, embora em escala reduzida e com perda considerável de sua força política em nível estadual (Dias,C.M.A, 2011).

Este foi o caso do militante Raul Carrion, que no início de 1964 transferiu suas atividades políticas junto ao movimento estudantil secundarista do Colégio Anchieta para o movimento estudantil universitário, ao ingressar na Faculdade de Engenharia Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, trabalho que não foi totalmente interrompido pelo golpe civil-militar. Em seguida, ele foi designado para integrar o Comitê Regional da AP e recebeu a função de representar as demandas da organização em nível estadual frente ao Comitê Nacional.

Nessa fase, a organização fez uma série de debates envolvendo o modelo teórico que seria adotado para coordenar o seu trabalho político; a chamada corrente um defendia o foquismo, inspirado na Revolução Cubana, liderada por Vinicius Caldeira Brandt e Altino Dantas e a corrente dois que defendia a adoção do maoísmo, inspirado no modelo chinês e na revolução proletária, liderada por Jair Ferreira de Sá. Em 1968 a organização assumiu-se como marxista-leninista e adotou de maneira definitiva o maoísmo e a política de transferência de seus militantes para trabalharem no meio operário ou camponês, com a finalidade de romper com suas origens sociais e eliminar a distância entre o trabalho intelectual e manual, inspirada no modelo igualitário da Revolução Cultural Chinesa e reforçada pela origem cristã de grande parte de seus adeptos (Ridenti, 2002).

No Rio Grande do Sul, seguindo a orientação política da AP em nível nacional, Raul Carrion deixou a Faculdade de Engenharia Química na UFRGS e foi trabalhar em fábricas localizadas no Vale dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre. Nestes locais, ele realizou um trabalho que tinha por finalidade desenvolver a conscientização política nos operários e participou da estruturação de várias lutas operária e sindicais de resistência à

ditadura, que iniciaram em 1966 e foram ganhando força até atingir o seu ápice em 1968.

O processo de luta dos operários iniciou quando o governo militar declarou o fim da estabilidade no trabalho em 1966 e o substituiu pela criação do fundo de garantia por tempo de serviço, o FGTS, que trouxe perdas reais nos salários e desemprego, ao permitir a substituição constante de funcionários dentro das fábricas. Nesse período, militantes da AP formaram um grupo político, a oposição sindical, que se posicionava de maneira contrária ao sindicato oficial, formado pelos chamados “pelegos” (representantes do governo) e por militantes do PCB. Em 1967, vinte centrais sindicais apoiadas pela oposição sindical uniram-se para formar o Movimento Intersindical Anti Arrocho (MIA), que organizou uma série de protestos contra as medidas impostas pelo governo militar contra o setor operário. (Dias, C.M.A, 2011)

No Rio Grande do Sul, a formação do MIA ocorreu a partir da união sindical e operária e marcou o início de um processo de mobilização política que culminaria com as manifestações de 1968 como, por exemplo, o protesto organizado para o dia 1º de maio que tentou impedir a incorporação do dia do trabalho ao calendário oficial do governo militar. O evento ocorreu num campo de futebol da zona norte de Porto Alegre e transcorreu sem maiores alterações até o momento em que trabalhadores, liderados por um militante do PCB, saíram pelas ruas com um alto-falante pregando palavras de ordem contra a ditadura e em defesa das propostas dos operários, ato que chamou a atenção da polícia e resultou na prisão dos manifestantes. A prisão de uma liderança prejudicava o movimento operário como um todo, pois além de desestruturar parte das atividades do setor, gerava medo na população e representava um fato positivo para o regime, que utilizava os meios de comunicação que o apoiavam para divulgar o fato como uma “ação vitoriosa” do governo na luta contra as organizações “subversivas” (Dias,C.M.A, 2011).

As manifestações de 1968 demonstravam a insatisfação de vários setores da sociedade brasileira com o governo militar. Assim, no mês de março, o movimento estudantil organizou uma passeata em protesto contra a morte do estudante Edson Luis Souto, atingido pela polícia ao participar de uma ação que reivindicava melhorias nas refeições fornecidas pelo restaurante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); em maio, os operários realizaram greves em Osasco (SP) e Contagem (MG); em junho, estudantes, operários, profissionais liberais, artistas e membros do clero uniram-se para realizar a “Passeata dos Cem Mil”, evento no qual vários manifestantes entraram em choque com a polícia. As agitações políticas do período foram utilizadas pelos militares para justificar a decretação do Ato Institucional nº 5, AI-5, em 13 de dezembro de 1968 (Martins Filho, 2007).

A ditadura civil-militar decretou o AI-5 como forma de justificar o isolamento político e a perda constante de legitimidade de um governo que se dizia “democrático” e empregava métodos repressivos violentos contra seus opositores políticos. A alternativa foi continuar a escalada no uso da força, visto que no período compreendido entre 1964 e 1968, quando a repressão conseguia neutralizar as ações de determinado segmento social, outros grupos aderiam aos setores de oposição. Como o governo não conseguia resolver as questões que geravam os conflitos sociais, eles apenas se deslocaram do movimento estudantil para a classe média e posteriormente, para os trabalhadores e a Igreja Católica. Conforme cada grupo mudava para a oposição, seus militantes começavam a serem vistos pelos órgãos de segurança como “inimigos internos”, e tornavam-se alvos do aparato repressivo estatal (Alves, 2005).

No final de 1969, o governo militar fundou a Operação Bandeirante (OBAN), que marcou uma nova fase de enfrentamento entre a esquerda e o aparato repressivo, pois bloqueou o acesso às massas e fomentou a adesão de vários militantes a luta armada. As organizações que, devido as suas concepções teóricas a respeito da realidade brasileira e também do caráter da revolução que deveria ser desenvolvida para a implantação do socialismo no país, não voltaram imediatamente suas atividades para o confronto armado

foram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Operário Revolucionário Trotskista, POR(T), o PC do B e a AP (Alves, 2005).

Após o AI-5, por razões ideológicas e de segurança, a AP intensificou o envio de militantes para trabalharem como integrados a produção em várias regiões do país. No Rio Grande do Sul, por exemplo, chegaram Nilce Azevedo Cardoso e Antonio Ramos Gomes para assumirem o setor operário, de contatos e a direção regional e partiram para a Bahia e São Paulo, Mara Loguércio, José Loguércio e Dilza de Santi. Desse modo, Antonio e Nilce começaram a estruturar militantes no meio estudantil e operário da AP estadual, que na época contava com núcleos nas cidades de Sarandi, Sapucaia e Esteio e os grupos do interior, com base em Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul e Santana do Livramento (Dias, C.M.A, 2011).

Nesse período, Raul Carrion mantinha o seu trabalho junto ao movimento sindical e operário do Rio Grande do Sul, mas no final de 1969, o militante resolveu deixar a organização para se integrar ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Seguindo a orientação partidária, ele voltou a estudar no curso de Engenharia Química da UFRGS e a atuar no movimento estudantil universitário, sem deixar de acompanhar os movimentos sindicais. Em 1970, ele foi escolhido secretário estadual de organização do PC do B e passou a desenvolver trabalhos políticos no cargo.

O PC do B surgiu em fevereiro de 1962, quando um grupo liderado por João Amazonas, Mauricio Gabrois e Pedro Pomar resolveram se desligar do PCB e fundar o partido, que se proclamou desde o início de suas atividades, seguidor do Partido Comunista fundado em 1922. A tarefa imediata de seus militantes era de lutar pela instauração de um novo regime que fosse contra o imperialismo, o latifúndio e os monopólios, que não se daria pelo caminho pacífico, mas através da violência revolucionária, posição que fez o partido não participar da luta pela implantação das Reformas de Base. Após o golpe, o PC do B optou pela proposta revolucionária via guerra popular prolongada no campo, onde os seus militantes deveriam concentrar todo o esforço de construção do partido, inspirado na teoria maoísta (Gorender, 1998: 119).

No texto publicado em janeiro de 1969, Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil, a organização sustentava que o processo revolucionário brasileiro deveria ocorrer na área rural, sendo os camponeses os protagonistas principais dessa luta, lançando críticas a “teoria do foco”, de Régis Debray, por atribuir ao fator militar, ou seja, a vanguarda guerrilheira a função de despertar nas massas o desejo de adesão à luta revolucionária. No entanto, para o PC do B a guerrilha deveria iniciar por pequenos grupos que atuassem no campo e que buscassem estreitar as relações com as massas populares, de onde retirariam o apoio para prosseguir e aumentar a força política da guerra popular. A posição do partido era semelhante àquela adotada pela AP, que também havia optado pelo maoísmo e mantinha relações estreitas com a China, fatores que deram início a um processo de aproximação entre os militantes das duas organizações a partir de 1969 (Arns, 1985).

O Partido Comunista Chinês reconhecia apenas o PC do B e não a AP como partido comunista, por isso suas lideranças procuraram facilitar o entendimento entre as duas organizações, diminuindo as desconfianças e estreitando a colaboração mútua entre os seus militantes. Em janeiro de 1973, parte do Comitê Central e dos militantes da AP, que nessa época havia trocado o nome para Ação Popular Marxista Leninista (APML), decidiu se incorporar de maneira definitiva ao PC do B, reconhecido como autêntica vanguarda revolucionária, decisão que não foi aceita por Paulo Wright, Jair Ferreira de Sá e Manuel da Conceição, que continuaram atuando na fração da APML que não aderiu ao partido (Gorender, 1998).

Seguindo a orientação maoísta, militantes do PC do B foram enviados para uma área próxima ao Rio Araguaia, localizada entre o sul do Pará e o norte de Goiás, a partir de 1966. A intenção do partido era formar uma guerrilha rural e desencadear a luta revolucionária a

partir dessa região, habitada por camponeses que viviam em situação de extrema pobreza e palco de constantes conflitos sociais. As atividades dos militantes na área só foram descobertas em 1972, quando o governo enviou contingentes das Forças Armadas para acabar com a guerrilha que, no entanto, só foi vencida em maio de 1974. O presidente Garrastazú Médici tomou todas as medidas possíveis para ocultar os conflitos no Araguaia da população brasileira, proibindo a divulgação de qualquer informação sobre a guerrilha nos meios de comunicação brasileiros (Dias, C.M.A, 2011).

A PRISÃO E O EXÍLIO NO CHILE: 1971-1973

O AI-5 possibilitou que os órgãos de segurança brasileiros agissem sem restrições contra qualquer pessoa envolvida em atividades políticas “subversivas”, ou seja, poderia ser presa para “averiguação” de informações, sem que houvesse acusação formal ou um mandado judicial contra ela, ao mesmo tempo em que os presos políticos perderam o direito a habeas corpus. Além disso, a adesão de parte das organizações de esquerda à luta armada foi utilizada pelo governo militar para justificar a necessidade de mais “segurança interna” e, assim aperfeiçoar o aparato de repressivo e “institucionalizar a estratégia de controle pelo terror”. A oposição que optou por não pegar em armas e grande parte da população não envolvida também foram alvos da repressão: “segue-se um período de silêncio, medo, confusão e desânimo” (Alves, 2005:167).

Na avaliação de Padrós (2005: 59), a decretação do AI-5 foi o dispositivo que permitiu a instalação do Terrorismo de Estado (TDE) no Brasil, na medida em que a violência passou a fazer a mediação entre o Estado e a sociedade, em nome da pretensa "segurança nacional". Assim, durante o período em que vigorou a ditadura de Segurança Nacional, o Estado, ao invés de garantir a segurança da população, utilizou seu aparato institucional para coibir as ações dos grupos de oposição e, baseando suas práticas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), não teve preocupação em extrapolar os limites coercitivos constitucionais, que desencadeou práticas e as ações que acabaram configurando em um sistema TDE.

Nesse cenário de intensa repressão contra as organizações de esquerda, Raul Carrion foi preso por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre, no dia 28 de maio de 1971, quando chegava à residência de outro companheiro de partido e conduzido ao Palácio da Polícia. No local, onde vários militantes já estavam presos, Carrion foi submetido a todo o tipo de tortura, pois os policiais sabiam que ele ocupava o cargo de secretário de organização do PC do B no Rio Grande do Sul, posição na qual tinha acesso aos nomes das pessoas vinculadas ao partido em nível estadual.

Raul Carrion não forneceu informações aos torturadores durante os dez dias em que esteve preso, mas os agentes não desistiram de tentar persuadi-lo a falar sobre suas atividades políticas, por isso resolveram enviar ele e o médico Bruno Mendonça Costa, na época tesoureiro do PC do B, para a sede da Operação Bandeirantes (OBAN), localizada em São Paulo. Carrion permaneceu no local até o final do mês de julho, submetido a bárbaras seções de torturas físicas e psicológicas. Como não obtiveram nenhuma informação, ele e o médico foram devolvidos para o DOPS de Porto Alegre e outra vez enviados para as salas de tortura.

Em agosto de 1971, por absoluta falta de provas, Raul Carrion foi libertado pela Justiça Militar. O fato de deixar a prisão nesse período, quando os órgãos de segurança utilizavam toda sua força repressiva para aniquilar as organizações de esquerda, não significava que o indivíduo tivesse livre da perseguição política. Dessa forma, ao deixar a delegacia, Raul Carrion continuou sendo vigiado e sofrendo ameaças constantes, de que logo ele seria novamente preso e torturado. A perseguição desferida pelos agentes do DOPS obrigou Carrion a partir para o exílio no Chile, onde foi acolhido por vários amigos de sua família, como o professor de Filosofia expurgado da UFRGS, Ernani Maria Fiori, que

conseguiu matrícula para o militante no curso de Química da Universidade Católica e o ex-colega do Colégio Anchieta, Paulo Renato de Souza, que lhe forneceu hospedagem.

De acordo com Padrós (2009: 46), o exílio de brasileiros durante a ditadura civil-militar ocorreu em duas etapas; uma primeira, logo após o golpe, em que se exilaram no Uruguai principalmente lideranças e políticos ligados ao ex-presidente João Goulart e uma segunda, que ocorreu entre 1968 e 1973, produzida pela dinâmica desencadeada desde 1964 e, formada principalmente por integrantes da luta armada e estudantes, que se exilaram no Chile atraídos pela expectativa de implantação da "via chilena ao socialismo". Durante esse período, vários militantes que tentavam se reorganizar na luta armada foram perseguidos pela ação do aparato repressivo brasileiro no exterior e tiveram que continuar suas atividades na clandestinidade.

Esse não foi o caso de Raul Carrion, que ao chegar naquele país reatou contato com o PC do B através de Amarílio Vasconcelos, militante que também se encontrava exilado e os dois começaram a organizar um jornal que divulgava os documentos do partido em espanhol. De forma paralela, eles iniciaram um trabalho de denúncia dos crimes cometidos pelo governo militar contra os setores de oposição, para o qual receberam apoio e a colaboração de Diógenes Arruda e Dyneias Aguiar, dois dirigentes nacionais do partido que chegaram ao país para reforçar a frente externa de luta contra a ditadura no ano de 1972.

Nesse período, a Unidade Popular (UP)⁴, tentava implantar no Chile a chamada "segunda via para o socialismo", experiência política que atraiu tanto militantes de esquerda perseguidos em seus países de origem, como foi o caso dos brasileiros, como de indivíduos vinculados a movimentos revolucionários de toda a América Latina, que lá chegaram para acompanhar ou colaborar com o governo.

A "via chilena para o socialismo" foi uma experiência iniciada por Salvador Allende e a UP que apontava a origem da desigualdade social que afetava a maior parte dos chilenos no monopólio exercido pela oligarquia local e o imperialismo norte-americano sobre as riquezas produzidas no país. Na tentativa de reverter esse quadro e promover uma melhor distribuição dos recursos, o governo pretendia interferir na estrutura econômica e dividir as propriedades em três áreas: social, privada e mista, sendo que na área social ficariam concentradas as empresas que seriam nacionalizadas, principalmente aquelas que controlavam a extração de cobre, ferro, estanho e de outros setores considerados básicos para o desenvolvimento nacional. A UP também pretendia instaurar a Assembleia do Povo, como órgão superior de poder do Estado, que uniria os poderes nacional, regional e local através de representantes do povo, eleitos por sufrágio universal, secreto e direto.⁵

Nesse período, Raul Carrion estudava na Universidade Católica e lá conheceu sua futura esposa, Elvira Ballester Lafertt, professora da instituição e sobrinha-neta de Elias Lafertt, um dos fundadores do Partido Comunista Chileno. O fato aproximou Carrion dos dirigentes do partido e eles passaram a auxiliar o movimento organizado pelos militantes do PC do B contra a ditadura brasileira.

Na época, chamava a atenção de Carrion, a confiança que o PC e os demais partidos depositavam na trajetória democrática e no caráter constitucionalista das Forças Armadas chilenas, não considerando a possibilidade de que um golpe poderia ser articulado para derrubar o governo, o que não encontrava respaldo na própria história do Chile. A esquerda iludiu-se ao acreditar que as regras do jogo político seriam respeitadas pela elite dominante,

⁴A Unidade Popular (UP) era formada pelo Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU), a Ação Popular Independente (API) e os Partidos Socialista, Radical, Comunista e Socialdemocrata. *PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR*, 17 de dezembro de 1969. Disponível em: <http://www.archivochile.com/entrada.html>, Centro de Estudos Miguel Enriquez (CEME). Acesso: 05 jul. 2012.

⁵*PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR*, 17 de dezembro de 1969. Disponível em: <http://www.archivochile.com/entrada.html>, Centro de Estudos Miguel Enriquez (CEME). Acesso: 05 jul. 2012.

mesmo após a tentativa de golpe desferida em junho de 1973, derrotada pela ação do General Carlos Prats. Nessa fase, Salvador Allende deveria ter afastado os militares golpistas e buscado o apoio dos setores progressistas, mas o que ocorreu foi o afastamento do general Prats, que resultou na abertura do caminho para os militares e civis que planejavam destituir o governo.

Conforme Moniz Bandeira (2008), o alto escalão das Forças Armadas nunca apoiou o governo de Allende e o golpe não ocorreu antes devido a posição constitucionalista de alguns militares, como do General Carlos Prats, comandante-chefe do Exército. A falta de apoio militar se fez evidente em algumas ocasiões, como na visita que Fidel Castro em 1971, quando as Forças Armadas não intervieram nos violentos conflitos que ocorreram em meio à intensa campanha de agitação, encorajado pelos jornais de oposição e grupos de direita, responsáveis por vários atentados, muitos dos quais atribuídos à esquerda, aterrorizando a população com a perspectiva da tomada de poder pelos “comunistas”. Assim, os setores golpistas das Forças Armadas e a elite dominante chilena com o apoio do governo norte-americano se uniram para fomentar a crise econômica e a desestabilização política num processo que culminou com o golpe civil-militar que depôs Salvador Allende em 1973.

Após o golpe, uma Junta Militar, formada por representantes do Exército, Marinha, Força Aérea e Carabineiros do Chile, assumiu o poder e iniciou uma fase de intensa repressão, em que os direitos civis e políticos da população foram negados e a violência atingiu militantes da UP, de outros grupos de esquerda e também indivíduos sem histórico de envolvimento em atividades políticas. A Junta desconheceu a legitimidade das instituições democráticas e decretou o estado de sítio ou guerra interna, o fechamento do Congresso Nacional, a criação de campos de detenção e leis de fuga que propiciaram a ocorrência de torturas, assaltos a residências e populações, execuções extrajudiciais, mortes e desaparecimentos. A sociedade chilena foi conduzida a uma lógica militar baseada na necessidade de combater o inimigo interno, que justificava a prática da “delação”, ou seja, a população era incentivada a denunciar para as autoridades qualquer indivíduo que apresentasse atitudes “suspeitas” (Ballesteros, 1995: 13).

Logo após o golpe, os estrangeiros que não conseguiram entrar nas embaixadas ou abandonar o país foram perseguidos, presos e levados até o Estádio do Chile, que devido ao pouco espaço disponível, não teve capacidade de receber o grande número de pessoas detidas. Em razão disso, os prisioneiros foram transferidos para o Estádio Nacional, onde permaneceram incomunicáveis e submetidos a uma rigorosa disciplina militar, sendo divididos de acordo com o grau de importância política que os militares lhes atribuíam a partir de sua ficha de antecedentes. Os testemunhos de pessoas que estiveram no Estádio trazem algumas informações a respeito da rotina no local, como o fato das luzes permanecerem sempre acesas e da alimentação ser servida aos presos em horários diferenciados, para que eles perdessem o sentido do tempo e ficassem mais suscetíveis a ceder informações durante os interrogatórios e as sessões de tortura. Alguns prisioneiros foram retirados do local pelos órgãos de segurança, executados e seus corpos abandonadas em via pública.⁶

Conforme Raul Carrion, a repressão desferida pela Junta Militar contra seus opositores políticos, tanto chilenos como estrangeiros, foi de tal forma intensa que os partidos não conseguiram organizar um movimento de resistência e uma semana após o golpe, ele teve que buscar asilo na embaixada da Argentina, que na época chegou a abrigar mais de quinhentos refugiados brasileiros. O período de permanência na embaixada foi longo porque o governo argentino não tinha interesse em receber os asilados, e só ocorreu depois que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) assumiu o compromisso de

⁶INFORME DE LA COMISION NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACION. INFORME RETTIG, p.116. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso: 15 ago.2012.

enviar os brasileiros para outros países. Então, Carrion deixou o Chile e veio para a Argentina através da província de Corrientes, país onde permaneceu até 1976.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso do Brasil foi singular entre as Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, visto que no país a repressão não atingiu a extensão dos demais regimes, o que gerou na sociedade brasileira a sensação de "inexistencialismo", de algo que para muitos cidadãos não ocorreu e que não foi desse modo incorporado à memória coletiva e a própria história e assim, não pode ser esquecida. No entanto, as recordações dos familiares de mortos e desaparecidos políticos continua viva, pois eles não esqueceram seus entes queridos e suas histórias, que permanecem isoladas da realidade apresentada à população brasileira. Na interpretação de Padrós (2009: 47): “essa é uma das maiores eficiências geradas pelo Terrorismo de Estado: a tentativa da impossibilidade da sua própria culpabilidade, através da negação das práticas do seu funcionamento, consequência do sistema legalidade x clandestinidade”.

Desse modo, testemunhos como o de Raul Carrion são importantes na luta contra o apagamento dessas memórias, pois em razão de suas ações políticas, o militante foi preso e enviado primeiro para a delegacia do DOPS em Porto Alegre e posteriormente para a sede da OBAN, em São Paulo. Nos dois locais, ele foi submetido a sessões de torturas físicas e psicológicas e mesmo depois de ter sido absolvido das acusações pela justiça militar e ter deixado a prisão, Carrion continuou sendo ameaçado e perseguido pela repressão, situação que o obrigou a buscar exílio no Chile. Após viver um período de relativa tranquilidade naquele país, em setembro de 1973, o militante tornou-se novamente vítima de perseguição, depois que um golpe depôs Salvador Allende e ele teve que buscar asilo político na embaixada da Argentina. Assim, mesmo que em escala diferenciada dos demais países do Cone Sul, os órgãos de segurança brasileiros utilizaram métodos como a prisão, a tortura e o exílio para atingir seus opositores políticos, o que caracterizou a aplicação do TDE.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Maria Helena Moreira 2005 (1989) Estado e oposição no Brasil (1964-1984) (Petrópolis: Vozes).

Arns, D. Evaristo 1985 Brasil Nunca Mais (São Paulo: Arquidiocese de São Paulo).

Ballesteros, Elías Padilha 1995 La memoria y el olvido. Detenidos Desaparecidos en Chile (Santiago: Orígenes Ediciones).

Bandeira, Moniz 2008 A fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973) (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Delgado, Lucília de Almeida Neves 2007 “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)” em Ferreira y Delgado (comps.) O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira)

Dias, C.M.A 2011 A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1963-1973 (Passo Fundo/RS, Universidade de Passo Fundo, Dissertação de Mestrado)

Gorender, Jacob 1998 Combate nas trevas (São Paulo: Ática)

Hobsbawn, Eric 1998 Sobre História (São Paulo: Companhia das Letras)

Le Goff, Jacques 1996 História e Memória (Campinas/SP: Ed. da Unicamp)

Martins Filho, João Roberto 2007 “O movimento estudantil dos anos 1960” em Ferreira y Aarão Reis (comps) Revolução e democracia (1964...). As esquerdas no Brasil (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira) Vol. III

Ridenti, Marcelo 1993 O fantasma da revolução brasileira (São Paulo: Unesp)

Ridenti, Marcelo 2002 “Ação Popular: cristianismo e marxismo” em Ridenti y Aarão Reis História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60 (Campinas: Editora da Unicamp) Vol. V

Sales, Jean Rodrigues 2007 A luta armada contra a ditadura militar, a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana (São Paulo: Perseu Abramo)

Padrós, Enrique Serra (Org) 2009 A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985 História e Memória (Porto Alegre: Corag) Vol. II

Padrós, Enrique Serra 2005 “Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar” (Tese Doutorado História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre) 2 t